

UMA CRÍTICA À REALIDADE E A DEUS – UM ESTUDO EXEGÉTICO EM JÓ
24,1-12

A CRITIC OF REALITY AND GOD – A EXEGETICAL STUDY OF JOB 24,1-12

Tania Aparecida da Silva Calonga *

RESUMO

O texto 24,1-12 de Jó pertence à parte poética do livro. O poema foi escrito na primeira metade do século V a.C. Os sacerdotes eram os líderes do povo e a teologia da retribuição se fortaleceu muito nessa época. É a partir da experiência e da observação da realidade que se origina um movimento de resistência à teologia da retribuição. No capítulo 24,1-12, ele desmonta o funcionamento da sociedade mostrando suas rupturas e conflitos graves.

Palavras-chave: Religião. Economia. Sociedade. Opressores. Oprimidos.

ABSTRACT

The text 24,1-12 belongs to the poetic section of the book. The poem was written in the first half of the fifth century a.C. The priests were the leaders of the people, and the theology of retribution was strengthened considerably during this period. Personal experience and the observation of reality generated a movement of resistance to the theology of retribution. In chapter 24, 1-12, he challenges the function of society by showing its weaknesses and contradictions.

Key-Words: Religion. Economy. Society. Oppressors. Oppressed.

* Doutoranda em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo
taniacalonga@yahoo.com.br

Uma crítica à realidade e a Deus – Um estudo exegético em Jó 24,1-12

Introdução

A primeira ideia que nos vem à mente quando se trata do livro de Jó é a questão do sofrimento, mais precisamente do sofrimento do inocente, a velha questão: Por que sofre o justo? Na busca dessa resposta, Jó apresenta caminhos surpreendentes. Mais do que tentar responder a esta questão, o autor propõe uma reflexão sobre a vontade de Deus e a vontade dos homens, um verdadeiro drama de fé. O cerne do debate enfoca a “sabedoria” e atesta a efervescência dos espíritos em um Israel sempre em busca, sempre inquieto, inquieto de Deus. Entre sábios, tipicamente escolhidos, quem terá razão? Os defensores de teses tradicionalmente aceitas, na linha do Deuteronômio e dos Provérbios, ou o homem que, pela própria experiência, acha-as insuficientes e sonda soluções ainda desconhecidas?

A coragem do livro de Jó é ter posto uma grave questão e ter recusado as respostas fáceis. Jó também é o livro de uma experiência, com suas tensões, seus choques, suas emoções. (AUZOU,1971, p.212-213). É através da atenta observação da realidade que Jó quer desmascarar as falsas imagens de Deus, trabalhadas e difundidas pelos poderosos.

O objetivo deste artigo é demonstrar que a crítica de Jó à realidade e a Deus, tão contundente neste texto, tem a intenção de desmascarar a teologia da retribuição. Essa doutrina foi utilizada para explicar as causas do sofrimento humano.

1. O texto Jó 24,1-12

Este texto contém uma das mais tristes descrições de pobreza, sofrimento e injustiça de todo o Antigo Testamento. Do profundo de seu sofrimento, Jó reflete sobre as dimensões sociais da dor provocada pela injustiça: as vítimas são, sobretudo, os pobres, órfãos e viúvas. A descrição é precisa e reflete uma cuidadosa atenção pela situação concreta do pobre.

Trata-se de uma pobreza que não é fruto de causas inexplicáveis. Pelo contrário, os responsáveis são denunciados sem piedade. Quando Jó mostra as causas do sofrimento e exige uma transformação da sociedade, ele desmonta o funcionamento daquele sistema social, mostrando suas rupturas e fraturas graves, o que desmente radicalmente as tentativas de se justificar as estruturas desta mesma sociedade pela teologia da retribuição, uma teologia que dividia tudo em puro e impuro. Dessa forma, o rico que possuía uma vida boa era considerado justo e abençoado por Deus. Doença e pobreza, ao contrário, estavam vinculadas à ideia de castigo, que eram determinados por Deus aos pecadores.

2. Estudo exegetico em Jó 24,1-12

A seguir faremos a análise do texto Jó 24,1-12 como literatura. Para isso será utilizada uma tradução literal do texto hebraico, cuja sugestão nos permite uma aproximação do texto e de suas perspectivas exegeticas e teológicas. Em primeiro lugar, é necessário analisar a forma do texto, nela identificar a delimitação do próprio texto, verificando se ele pode ser estudado como um texto autônomo. Em seguida, como se relacionam as frases entre si, isto é, serão analisadas a sua coesão e poesia. E, em especial, serão abordados os conteúdos.

2.1. Delimitação

O capítulo 24 pertence ao terceiro ciclo de diálogos, que abrange os capítulos 22-27. Os capítulos 23 e 24 formam o oitavo discurso de Jó. Porém no capítulo 24 inicia-se também uma nova temática. O verso 12b “Da cidade homens gemem, e alma de feridos grita por socorro” funciona como uma frase de transição para o restante do capítulo 24, que continua com a temática da relação entre os malvados e os pobres. Mas o cenário passa a ser a cidade, enquanto que nos versos 2 a 11 as ações acontecem no campo. Os versos 2 a 12b tratam das ações dos malvados e da opressão dos pobres, enquanto que

os versos 1 e 12c trazem como tema a ideia da distância de Deus, formando assim uma espécie de moldura. Esse enquadramento supõe que o trecho escolhido, versos 1 a 12, pode ser estudado como um texto autônomo. A partir daqui será introduzido o tema da coesão.

2.2. Coesão

O texto trata de diferentes assuntos, mas é coeso. Ele está enquadrado pelos versos 1 e 12c, que se referem a Deus e a sua indiferença. Os versos 2 a 4 tratam das ações dos malvados contra os órfãos, a viúva, os pobres e oprimidos. Do verso 5 até o verso 11 acontece a descrição do sofrimento dos pobres. Os versos 12a e 12b se enquadram, mas funcionam como um elo de transição para o restante do capítulo 24. Os temas estão interligados, não sendo possível dividir o texto. Nesse sentido, é necessário estudá-lo como um todo.

2.3. Poesia

Constata-se em muitas culturas uma grande admiração pelos poetas, à poesia é sempre reservado um lugar especial e quanto mais próximo o poeta estiver da realidade do cotidiano, mais sua poesia será valorizada. A poesia hebraica se desenvolve no contexto do Antigo Oriente. “Um componente especial da poesia hebraica é a presença religiosa na vida profana e a presença profana na vida religiosa”. (SELLIN. 1977. p. 46). Os dois elementos, cotidiano e religiosidade se misturam de maneira harmoniosa. Encontra-se poesia em todo Antigo Testamento, A poesia na antigüidade não era só uma forma diferente de se expressar, mas conferia à mensagem a ser transmitida um poder especial.

A seguir será analisado o texto Jó 24,1-12, considerado como a parte do livro de Jó, escrito em poesia. O texto é composto de frases que repetem conteúdos em paralelismo, o que caracteriza tratar-se de um poema:

Deduz esta característica dos paralelismos, i.e. cada conteúdo é expresso em duas afirmações coincidentes (paralelismo sinônimo), contrapostas (paralelismo antitético) ou semelhantes (paralelismo sintético). São estes paralelismos que formam a poesia hebraica! (SCHWANTES, 1991, p. 5-48)

Na seqüência, a classificação dessas frases, a começar pelo verso 1.

v.1. Por que de Shaddai não foram escondidos tempos
e aquele que o conhece não vêem dias dele

Inicialmente, há o verso 1 formado de duas frases. O verso é complexo em termos de conteúdo. Funciona como uma introdução à poesia. Ele é constituído por duas questões, a primeira a respeito de *shaddai* שַׁדַּי e a segunda se refere a “aquele que o conhece” יָדְעוֹ. O tema é a distância de *shaddai*, articulando-se ao verso 12c que constata e afirma a indiferença de Deus.

Do verso 2 ao 11, as frases podem ser divididas em três estrofes. A primeira se encontra nos versos 2 a 4.

v.2. Fronteiras ultrapassam

rebanho roubaram

e apascentaram

v.3. Jumento dos órfãos levam

tomam como penhor boi da viúva

v.4. Desviam necessitados do caminho

juntos escondem-se necessitados da terra

Então, esta primeira estrofe é formada pelos versos 2 a 4 e contém sete frases. São sete verbos: “alcançam” נִשְׁיִגּוּ, “roubaram” גָּזְלוּ, “apascentaram” יָרְעוּ, “levam” יִנְקֶנּוּ, “tomam como penhor” תִּבְלֹוּ, “desviam” נָטּוּ e “escondem” תִּבְאוּ, todos na terceira pessoa masculino plural, designando as ações de um mesmo sujeito, que está oculto. Talvez seja o sujeito que aparece no verso 6, o

“perverso” רָשָׁע. Em contrapartida, estão aqueles que sofrem em decorrência dessas ações. Estes são os “órfãos” יְתוּמִים, a “viúva” אֵלְמָנָה, os “pobres” אֲבִיוֹנִים e os “necessitados” עֲנִי. O tema é a denúncia de como agem os malvados com relação aos órfãos, a viúva, os necessitados e os aflitos.

Nas frases do verso 2 o que está em jogo é a posse da terra e dos animais, isto é, uma disputa entre dois sujeitos sociais que estão ocultos. No verso 3, a questão dos animais está relacionada a duas situações. Em primeiro lugar, uma situação pessoal, pois trata-se de fatalidades da vida, no caso a perda dos pais (órfãos) e do marido (viúva). Em segundo lugar, pode-se dizer que trata-se também de uma situação social, pois tanto os órfãos quanto as viúvas pertencem a um grupo social, o qual será tratado quando da análise dos conteúdos.

Nas frases do verso 4 pode-se perceber questões econômicas e sociais. Existe aí uma luta de classes, pois aqueles que sofrem as ações são denominados de pobres e necessitados. Os sujeitos que praticam tais as ações estão ocultos, mas devem pertencer a um grupo com privilégios econômicos e sociais, enquanto que o outro grupo, caracterizado aqui por pobres e necessitados, aparecem à margem da sociedade.

A segunda estrofe é formada pelos versos 5 e 6, e é composta por quatro frases.

v.5. Como asnos selvagens no deserto

saem para trabalho deles, os que procuram a presa
deserto para si pão para os jovens

v.6. No campo do corrupto colhem

e vinha do perverso rebuscam

O verso 5 também é um verso de difícil tradução. As duas primeiras frases são comparativas. Por enquanto, fica evidente uma comparação entre a grande dificuldade dos pobres “os que procuram” מְשַׁחֲרֵי para conseguirem comida, com a vida de animais, “asnos selvagens” פְּרָאִים que também têm de

procurar o que comer, “presa” טָרַף no “deserto” עֲרָבָה. Os verbos “saem” יֵצְאוּ e “os que procuram” בּוֹשְׁתֵי־רֵי é que mostram as ações desses sujeitos.

As duas frases seguintes são explicativas e bem claras. Descrevem com os verbos “colhem” יִקְצִירוּ e “rebuscam” יִלְקְטוּ, como alguns desses pobres conseguiam o que comer. Além disso, fica explícito onde esses sujeitos praticavam tais ações, no “campo” שָׂדֵה e na “vinha” כַּרְם do perverso. Essas duas frases correspondem à vinha do perverso.

Nessa estrofe também percebe-se dois grupos sociais e economicamente diferentes. De um lado existem aqueles que não possuem meios de garantir o seu sustento, por isso dependem da sorte de encontrar o que comer em diversos lugares, como por exemplo, o deserto e a vinha de outros, a fim de conseguir alimentos para si e para seus filhos. De outro lado, estão os que possuem propriedades e se encontram numa situação mais privilegiada no sistema social e econômico.

Em seguida, serão analisadas as frases da terceira estrofe.

- v.7. Nu passam a noite por falta de roupa
e sem cobertor no frio
- v.8. Por causa de chuva montanhas molham-se
e por falta refúgio abraçam rocha
- v.9. Tiram do peito órfão
e sobre o pobre tomam como penhor
- v.10. Nu caminham por falta roupa
e famintos carregam feixe
- v.11 – Entre os muros espremem azeite
lagares pisaram e estão com sede

A terceira estrofe é constituída pelos versos 7-11. O verso 9 funciona como um contraponto entre a primeira parte da estrofe (v.7,8) e a segunda parte (v.10,11). Esse verso, composto de duas frases, volta ao tema da primeira estrofe. No verso 9 os verbos “tiram” יִגְזְלוּ e “tomam como penhor”

יִחְבְּלוּ descrevem duas ações, praticadas por sujeitos que estão ocultos, contra o “órfão” יתום e o “necessitado” עֲנִי. Os versos 7 e 8 possuem três frases, que designam como vivem os sujeitos da segunda estrofe, isto é, “nus” עֲרוֹם “passam a noite” יָלִינוּ e “sem” אֵין “cobertor” כְּסוּת para o “frio” קָרָה. Moram nas “montanhas” הָרִים. Nos versos 10 e 11, formados por 5 frases, aparecem os verbos “caminham” הֵלְכוּ, “carregam” נִשְׂאוּ, “espremem” יִצְהִירוּ, “pisaram” הִדְרְכוּ e “passam sede” וַיִּצְמְאוּ.

Nessa estrofe há uma denúncia expressa pela descrição da situação precária em que estão vivendo alguns grupos naquela sociedade. Um primeiro grupo não tem roupas, que alguém com um mínimo de dignidade deveria ter para vestir-se, ou tampouco um cobertor para se proteger do frio. Não possuem casas, por isso se refugiam nas montanhas, ficando à mercê das intempéries climáticas, como por exemplo, as chuvas, das quais não tinham como se esconder.

Uma segunda situação é a de uma viúva que perde seu filho o qual ainda amamentava e, diante de sua aflição vê, indefesa, a criança sendo levada como garantia do pagamento de dívidas.

O terceiro grupo, por sua vez, está trabalhando em péssimas condições: Uns carregam feixes, outros espremem azeite e alguns pisam lagares. Mas a gravidade da situação está no fato de que eles não possuem roupas dignas para se vestir, e passam fome e sede.

Por último, será analisado como funciona o verso 12.

v.12. Da cidade homens gemem
e alma dos feridos grita por socorro
e Deus não ouve súplica

O verso 12 é formado por três frases. Os versos 12a e 12b funcionam como versos de transição para a próxima unidade (v.13-25). O verso 12c, por sua vez, aparece como um verso conclusivo em relação aos versos 1 a 11. Traz o mesmo eixo temático do verso 1 e fecha a moldura colocada ao redor dos versos 2a 12b.

2.4. Gênero literário

O gênero literário em Jó é uma questão muito controversa. O capítulo 24, 1-12, em estilo poético, está muito próximo do gênero profético. A descrição analítica da sociedade pode ser considerada como sendo uma crítica profética. A partir do destaque das relações de dominação entre opressor e oprimido, o texto remete à questão central no livro de Jó, que é a de demonstrar que a teologia da retribuição não expressava a verdadeira realidade. No tocante à linguagem, o léxico do capítulo 24 tem estilo direto, simples, claro, com frases curtas e contundentes. Cada verso, de modo geral, pode ser dividido em duas partes: uma parte é uma afirmação ou interrogação, seguida de outra parte que é confirmação, um reforço ou uma consequência. Trata-se de um paralelismo construído a partir de fatos concretos.

2.5. Lugar

Na historiografia de Israel, deve-se analisar os aspectos políticos, econômicos, sociais e religiosos do período pós exílico, mais precisamente por volta da metade do século V a.C., época em que, provavelmente, o texto em estudo foi escrito. O livro de Jó reflete a grande crise econômica e o empobrecimento do povo nesse período em que Israel estava sob o domínio do Império Persa. Essa análise será feita a seguir no estudo dos conteúdos.

2.6. Conteúdo

O império Persa estava dividido em províncias, que recebiam o nome de satrapias. Judá fazia parte da quinta satrapia que incluía Samaria, Síria,

Fenícia e Chipre, chamada Transeufrates, uma referência ao lado ocidental do rio Eufrates. Judá estava anexada à província de Samaria, por isso esteve sem autoridade político-local de 597 a 445 a.C. A presença de Neemias em Judá mudou a sua condição política. Vários autores acreditam que ele não era apenas um comissário persa de reconstrução, mas o governador de uma nova província. Judá com sua própria administração separa-se da Samaria, tornando-se uma província ligada diretamente ao império.

Com relação à economia, analisaremos principalmente o problema da terra no século V a.C., visto que as situações descritas por Jó, no cap. 24, 1-12, ocorrem no campo. Para tanto, é necessário que se conheça o modo de produção vigente e as mudanças que estavam acontecendo na agricultura e no comércio. Os persas criaram uma estrutura própria para manter a unidade do império, com um complexo rodoviário bem desenvolvido que permitia o escoamento das tropas imperiais, o trânsito de mensageiros, bem como os inspetores do imperador, facilitando o sistema de comunicação. A estrada real possuía 2.400 quilômetros.

Por outro lado, no quinto século o modo de produção era tributário, pois o império persa explorava os povos dominados mediante a aplicação do tributo. É a partir desse tributo que teria sido estruturada toda a economia, principalmente porque o pagamento do imposto deveria ser efetuado em moeda. Esse fato produziu alterações na economia agrícola de Judá, e conseqüentemente, acirrou a disputa pela terra. Outro fator que teve muita influência nas relações econômicas foi o despontar do escravagismo, trazido pelos gregos como modo de produção.

O escravagismo inicia quando o trabalhador se endivida. A perda da terra é o primeiro passo rumo a esse sistema. Depois da perda da terra, só resta ao trabalhador a venda de seu próprio corpo. O produto do trabalho escravo tem de circular nos meios mercantis, o que implica no crescimento da demanda que força o aumento da produção, tornando a força de trabalho objeto de intercâmbio mercantil.

Diante da necessidade de se obter prata para o pagamento do tributo que havia sido fixado pelos persas. e sabendo que Judá não possuía minas

nem de ouro, nem de prata, não se podia mais pensar numa agricultura familiar, ou à base da troca de mercadorias. A produção estava voltada para o comércio e deveria produzir um excedente, que seria vendido para a obtenção de moeda. Outro agravante era que os agricultores teriam que produzir os produtos mais aceitos no mercado, o que significava se dedicar a atividades agrícolas que geravam lucros, em detrimento de produtos voltados para o consumo da família.

No mercado comercializava-se cevada, derivados da oliveira, vinho e gado. Não havia uma grande produção de cevada em Judá, portanto a produção dos derivados da oliveira e o vinho deveriam compensar a falta desse produto. Existem elementos arqueológicos que indicam uma produção muito grande de óleo de oliva e vinho. O grande problema de concentrar a produção em culturas perenes como a oliveira e a videira, é que estas exigiam grandes investimentos. As oliveiras, por exemplo, só dão lucro dez anos depois de terem sido plantadas e em seu cultivo emprega-se pouca mão-de-obra. Ao agricultor pobre era muito difícil se dedicar ao plantio da oliveira, o que tornava os investimentos em aparelhagem para a industrialização e beneficiamento da oliva e da uva possíveis apenas para os mais ricos. Portanto, era realmente difícil produzir excedentes, e a terra tornava-se disponível para a especulação.

O valor crescente do escravo no mercado grego também despertou o interesse na disputa de terras em Judá. Segundo o próprio Neemias (Ne 5,7-8), para os nobres e governantes era interessante manter um sistema que levasse os mais pobres ao endividamento. Além de tomar suas terras, ainda havia a possibilidade de vendê-los como escravos no Mar Mediterrâneo.

A partir dessa sucinta análise econômica, é possível perceber claramente que existia uma estratificação social. Nesse aspecto, é importante verificar como estava organizada a sociedade em Judá nos meados do século V a.C., e como se davam as relações entre as classes sociais.

Houve, nessa época, um aquecimento econômico, o que pode ter colaborado para o aparecimento de uma elite em Jerusalém, cujos membros deviam empenhar-se bastante em manter o sistema social vigente; o governador, porque representava o poder persa, o sumo-sacerdote porque era

indicado pelo rei, os funcionários do Templo porque serviam lealmente ao império e os ricos porque se beneficiavam cada vez mais com essa política econômica, ao passo que o estado de pobreza em que se encontravam a maior parte da população levava ao endividamento e à escravidão.

Além disso, os tributos eram muito altos. Sandro Gallazi afirma que “Somente o grupo sacerdotal estava isento de qualquer imposto (Esd 7,24)” (GALLAZI. 1996. p. 127). Esse estado de pobreza e endividamento desintegrava as famílias, pois os endividados eram obrigados a entregar seus filhos e filhas à escravidão.

Nas sociedades onde há uma classe que exerce o poder e outra que obedece ou pior ainda, que é explorada, sempre existe uma ideologia muito forte para assegurar a continuidade do sistema. Interessa à presente pesquisa saber qual era a ideologia presente em Judá nos meados do século V a.C. Segundo Sandro Gallazzi:

No centro de tudo estava o sumo sacerdote, como novo “príncipe” político; a terra será “reservada para Deus” e administrada pelo templo e o altar será a justificativa teológica de uma nova forma de tributarismo. (1998, p. 59)

Ao redor do altar, cria-se um complexo processo para conseguir ofertas, garantindo assim o constante abastecimento da mesa dos sacerdotes e do armazém central. A lei da “pureza” foi uma das principais responsáveis pela manutenção do templo. A lei do “puro e do impuro”, como também se pode chamá-la, é que determinava quem estava perto ou longe de Deus. Por trás deste modo legalista de ver a religião, existia a teologia oficial do templo: a teologia da retribuição. A relação com Deus se dava na base de relações comerciais, de troca. Aquele que cumpria a lei era recompensado por Deus, caso contrário, Deus retribuía em forma de castigos. Então, Deus abençoava o justo e o piedoso e punia o ímpio. Dessa forma acreditava-se que o inocente jamais cairia em desgraças. Portanto, quem sofresse por qualquer motivo era merecedor do sofrimento e devia refletir sobre seus pecados conhecidos ou ocultos.

Esse sistema de dependência psicológica, certamente provocava nas pessoas um sentimento de ser sempre pecador/impuro e de precisar de perdão. O sacerdote assumia para si o poder de controlar as consciências, sujeitando-as e usando o “pecado por inadvertência” como instrumento de dominação. Conforme escreve Sandro Gallazi:

Não precisa ser um pecado grave, basta ser uma transgressão contra qualquer um dos mandamentos de lahweh (Lv 4,2.13.22.27) . Basta tocar “qualquer coisa impura” (Lv 5,2) ou “qualquer impureza humana” (Lv 5,3), basta esquecer de um juramento (voto/promessa?) feito (Lv 5,4). O perdão passa a ser coisificado. “O deuteronômico “temor de Deus”, a conversão do coração, a decisão de praticar “o direito e a justiça”, proclamada pelo verdadeiro Ezequiel (Ez 18,21-22.32), que garantia o perdão, foram substituídos por sangue de novilhos e bodes. (1998, p. 70)

Uma vez mais, ao pecado e à sua expiação está ligado o interesse imediato da classe sacerdotal dominante. O sistema de pureza e de impureza era o sustentáculo de toda a sociedade do segundo templo.

3. Conclusão

Ao final deste artigo conclui-se que o título escolhido “Uma crítica à realidade e a Deus” reflete muito bem os temas presentes em Jó 24,1-12. Sua crítica à realidade talvez seja a mais profunda e cruel descrição da miséria humana em toda a Bíblia. Mostra também a angústia com relação à indiferença de Deus diante das injustiças. A análise da sociedade e o questionamento a respeito da justiça divina, presentes nesse texto, demonstram claramente a crítica que Jó faz à teologia da retribuição.

No capítulo 24,1-12, o objeto de estudo, Jó se lança numa contemplação sobre a sociedade dividida entre opressores e oprimidos. A intenção de Jó nesse texto é provar, diante da realidade, por que ele não concorda com as

afirmações dos sábios que defendem a teologia da retribuição sobre o castigo infalível para os ímpios ricos e sobre o sofrimento do pobre como indicação do pecado.

O estudo exegético revelou tratar-se de um texto poético, que pode ser estudado como um texto autônomo, pois está muito bem delimitado. O estudo do contexto histórico permitiu definir melhor a data do texto, compreender as palavras de Jó e as situações descritas por ele no capítulo 24,1-12, descrições que se inserem perfeitamente no contexto do pós-exílio, por volta da metade do século V a.C., durante a dominação dos persas.

Esta pesquisa mostra que muitos homens e mulheres, mesmo subjugados pelo poder econômico, militar e ideológico não deixam de lutar por justiça. Consciente das injustiças do seu tempo, no capítulo 24,1-12, Jó se torna o porta-voz dos sofrimentos e angústias de homens e mulheres, trabalhadores e pobres dos campos e das cidades. Seu principal objetivo, para tentar mudar a realidade que tanto oprimia as pessoas, era desmascarar a grande farsa acobertada pela teologia da retribuição. Mostrar para as pessoas como essa teologia era alienante, ao proteger o malvado e condenar o justo. Libertá-los das garras desse Deus terrível que eles conheciam “só de ouvir”, através da doutrina da retribuição, para que pudessem encontrar o verdadeiro Deus. O Deus da vida, presente na história e que como ele, pudessem afirmar: “Conhecia-te só de ouvido, mas agora viram-te meus olhos”.

4. Bibliografia

- AUZOU. Georges. *A tradição bíblica*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- DIETRICH. Luiz José. *O grito de Jó*. São Paulo: Edições Paulinas, 1996.
- GALAZZI. Sandro. “Nunca descuidaremos da casa do nosso Deus (NE 10,40) Aspectos da economia do Segundo Templo”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. São Paulo: Editora Vozes, 1998.
- GUTIÉRREZ. Gustavo. *Falar de Deus a partir do sofrimento do inocente – Uma reflexão sobre o livro de Jó*. Petrópolis: Vozes, 1987.

- MAZZAROLO. Isidoro. *Jó - o amor e o ódio vem do mesmo Deus?* Rio de Janeiro: Mazzarolo Editor, 2002.
- PIXLEY. Jorge. *El libro de Job – Comentário bíblico latino-americano*. San José: Ediciones Sebila, 1982.
- SCHWANTES. Milton. “A cidade da justiça estudo exegético de Is 1,21-28”:. In: *Estudos Teológicos*. São Paulo: Vozes. 1991.
- SELLIN. Ernst e FOHRER. Georg. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1998.
- TERNAY. Henri de. *O livro de Jó – Da provação à conversão um longo processo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HEINEM. Karl. *O Deus indisponível – O livro de Jó*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- TERRIEN. Samuel. *Jó*. São Paulo: Paulus, 1994.